

Estado Brasileiro implementa políticas raciais há muito tempo

» HELIO SANTOS

Doutor em administração pela FEA-USP, presidente do Conselho Deliberativo do Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (Cedra) e do Conselho da Oxfam Brasil

Neste momento, está em tramitação no Senado Federal o PL 1.958 de 2021, de autoria do senador Paulo Paim, que propõe a reserva de vagas para negros (pessoas autodeclaradas pretos e pardos, segundo categorias do IBGE) nos concursos públicos da administração federal e das instituições controladas pela União. Tal projeto vem sendo alvo de críticas sob o argumento de que as políticas de enfrentamento às desigualdades deveriam ser balizadas pelo critério social (de renda) e não étnico-racial.

O PL 1.958 é uma renovação da Lei 12.290 de 2014, que vence em junho próximo. Houve melhoria na versão atual, e espera-se que o Congresso Nacional seja fiel à longa experiência brasileira em políticas de cunho racial, em que as pessoas brancas foram as grandes beneficiárias.

A primeira delas, o Decreto 528 de 1890, sancionado pelo Marechal Deodoro da Fonseca ainda no governo provisório da República, discorre em 43 artigos sobre a introdução e a localização dos imigrantes. O documento previa destinação de recursos e apresentava um desenho estratégico para potencializar as etnias europeias que aportavam no país naquele momento, definindo para quem se destinava o progresso.

Essa antiga experiência nacional completa com chave de ouro a sua intenção quando o presidente Hermes da Fonseca sancionou o Decreto 9.081, em 1911, que regulamentou o “Serviço de Povoamento”, como foi chamada a estratégia de instalação das etnias europeias no Brasil. Esse decreto é um modelo de integração e desenvolvimento de populações inteiras — nesse caso, para os imigrantes europeus no Atlântico Sul. A peça jurídica tinha 26 seções e 277 artigos — superior à Constituição Federal de 1988 — e incluía benefícios como passagens de ida e volta aos países de origem para aqueles que já estivessem estabelecidos como proprietários rurais.

Nunca se bradou por políticas sociais contra todas essas políticas raciais exclusivas para beneficiar os europeus. Fosse assim, os negros e os povos originários que aqui já estavam seriam incluídos. Mas, ao contrário, esses dois segmentos populacionais foram abandonados à própria sorte.

As críticas em relação às políticas de cunho racial e os argumentos em favor das políticas



sociais, ditas universais, podem ser interpretados sob vários aspectos, que vão desde o analfabetismo histórico, passando pelo racismo ou até mesmo má-fé para proteger privilégios.

Alguns críticos das ações afirmativas raciais ainda se apoiam na crença distorcida de que essas seriam uma expressão de “racismo reverso”, conceito que não existe na medida em que o racismo se sustenta por lugares de poder concentrados nas mãos de determinados grupos em detrimento de outros, e não em ações que buscam o equilíbrio social, com acesso às mesmas oportunidades e direitos sociais.

Para reverter a anomia racial na qual o Brasil sempre esteve imerso, requer-se políticas públicas específicas. Algumas dessas iniciativas implementadas nestas primeiras décadas do século 21 já demonstram impactos positivos na sociedade. É o caso das cotas raciais para estudantes nas universidades públicas. Nenhuma iniciativa do Estado brasileiro reduziu desigualdades e acelerou a mobilidade social como essa política afirmativa. Em contrapartida, nenhuma outra política pública foi tão questionada.

Ainda que as pessoas negras correspondam a cerca de 56% da população brasileira, segundo o IBGE, o PL 1.958 propõe uma reserva de apenas 30% das vagas para esse grupo, das quais, pelo menos, a metade contemplará as mulheres. É fundamental estabelecer esse espaço para as mulheres negras que, apesar de serem o maior contingente populacional do país (cerca de 28%), são o grupo mais precarizado em termos socioeconômicos. Como toda ação afirmativa, a iniciativa proposta é por prazo limitado, tendo sido fixada em 25 anos.

O PL 1.958, ao beneficiar aqueles que foram historicamente negligenciados, procura corrigir desigualdades construídas pelo Estado. Além da população negra, estabelece parâmetros em benefício dos povos originários.

A situação deficitária no trabalho e na educação ampliam as desigualdades raciais no Brasil. Portanto, contamos com nossos legisladores para reduzir essas diferenças. O Estado Brasileiro não deve se eximir da responsabilidade de implementar políticas raciais, como as citadas aqui, as quais foi pródigo em realizar ao longo de toda sua história.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Articulação e convencimento

É notório que a instalação de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) sempre traz embaraços para o governo, pois, quer queira, quer não, acabam despindo o Executivo e colocando-o no olho do furacão. A depender do Palácio do Planalto e do poder de articulação e de convencimento, por meio de liberações de recursos, nenhuma CPI merece ser instalada.

Como isso nem sempre é possível, cabe ao governo se preparar para a possibilidade de o Congresso vir a instalar não uma, mas cinco comissões de investigação, conforme informam os principais jornais do país. Nem é preciso dizer aqui que as CPIs, por sua enorme capacidade de bisbilhotar as andanças do governo, conferem ao Legislativo e, sobretudo, aos presidentes das duas Casas um poder e um instrumento legal extra não só para fustigar o chefe do Executivo e toda a sua equipe, como permitem a abertura forçada de canais de negociação dos mais diversos.

Mesmo sem saber ainda quais CPIs serão instaladas e quando, o certo é que uma dessas comissões vai voltar suas luzes para a delicada questão do crime organizado e todas as suas repercussões. Essa certeza se dá pelo fato de que a violência, conforme todas as pesquisas demonstram, tem crescido assustadoramente, com o aumento exponencial no número de homicídios, tráfico de drogas, roubo a bancos e a carros fortes, preocupando sobremaneira governadores e prefeitos por todo o país.

O fato de a Justiça soltar presos quando a polícia indica a prisão atinge diretamente a paz da população. Exemplo no Recanto das Emas, no Distrito Federal, em que um homem que tinha dezenas de passagens pela polícia estava solto e matou um homem que comprava comida para a mulher que tem câncer e o esperava em casa. Os fatos vão de encontro com a afirmativa de um ministro que apelou para o lado cristão das saídas. A diferença é que Dimas se arrependeu de todo o mal que havia feito. Esses bandidos passam longe do arrependimento, mesmo porque não existe empatia com ninguém, não mudam a conduta nem mesmo o pensamento.

Tantos outros crimes poderiam ter sido evitados se houvesse razão para se arrepender, mas não há. Os casos de vítimas que choram seus entes queridos assassinados contrastam com a liberdade de seus algozes. Ana Carolina Oliveira, mãe de Isabella Nardoni, disse que essa situação só mudaria se os juízes passassem por uma experiência como a que ela passou. Segundo ela, os juízes não podem julgar essa dor se nunca sentiram.

Se for instalada apenas a CPI tratando do aumento da criminalidade em todo o país, o barulho e os holofotes sobre o governo serão imensos para a imagem do governo, podendo afetar seriamente outras pautas de interesse do Executivo. Para piorar essa situação, é sabido que, em época de eleições, tudo o que o governo pretende é se ver fora de confusões e acusações.

Para aqueles que vão trabalhar nessa comissão, a oportunidade de exposição na mídia é tudo o que necessitam para seus currículos. O fato visível e que interessa aos que só têm poder de voto é que o aumento da criminalidade requer providências urgentes. O espraçamento dos crimes organizados nas instituições do Estado é uma realidade das mais perigosas e que precisa ser debelada o quanto antes.

Todos os dias, o noticiário vem mostrando que as organizações criminosas brasileiras, à semelhança do que ocorre com as máfias internacionais, diversificaram suas atividades legais, investindo grandes somas no controle dos transportes urbanos, na limpeza, na distribuição de gás e energia elétrica, entre outros setores que antes eram controlados apenas pelos estados.

Além desse enraizamento em atividades dos estados, o crime organizado investe pesadamente nas campanhas dos candidatos de sua preferência, penetrando silenciosamente no Poder Legislativo, de onde pode vir a dar as cartas, favorecendo as atividades criminais.

Além desses crimes, a CPI que poderá cuidar da segurança pública e do aumento das organizações criminosas, poderá direcionar seus holofotes para questão ainda mais espinhosas, como o tráfico infantil, a exploração sexual, a venda de sentenças, a soltura de criminosos de alta periculosidade pelos tribunais, entre outros assuntos.

Ainda dentro das investigações dessa CPI, por certo haverá brechas para que se investigue também o ainda vivo e atuante sistema de corrupção que assola nossas instituições públicas e que é diretamente responsável por todo esse caos instalado em nosso país. Mas tudo vai depender da escolha do relator.

» A frase que foi pronunciada

"O MP é parte. O nosso lado é o da sociedade, é o lado da vítima. O réu, com todos os direitos humanos e respeitos que deve ter, tem que ser firmemente apontada a sua responsabilidade e levado aos tribunais superiores para que a sua condenação seja mantida e não gere na sociedade essa sensação de impunidade. Isso desanima as forças policiais, o Ministério Público e o sistema de Justiça."

Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, procurador-geral de Justiça de São Paulo

» História de Brasília

O sr. Baeta Neves convidou o sr. Leonel Brizola para se candidatar a deputado ou senador por Brasília. Ainda não foi decidido se haverá eleição em Brasília, e os “donos dos votos” já começam a se manifestar. E o povo? (Publicada em 6/4/1962)

Exército: um amigo de longa data

» OTÁVIO SANTANA DO RÉGO BARROS

General da reserva. Foi chefe do Centro de Comunicação Social do Exército

Todos os anos, aos 19 de abril, homens e mulheres da Força Terrestre formam nas unidades militares para comemorar o Dia do Exército. A iniciativa de proposição dessa efeméride partiu do ex-ministro do Exército general Zenildo de Lucena, um pernambucano nascido em São Bento do Una que, ao longo de sua carreira, viu nas peles da insurreição pernambucana motivos para destacar os feitos dos bravos que guerrearam em seu estado natal e vinculá-los à história do Exército brasileiro.

Instituída na década de 1990, ela reverencia as vitórias das forças luso-nordestinas na Batalha dos Montes Guararapes, ocorrida em 19 de abril de 1648, contra inimigos que aspiravam à consolidação de uma colônia holandesa em território nordestino com o propósito de explorar a riqueza da cana de açúcar.

Branços, negros, índios e mestiços se uniram para defender as terras nas quais viviam em abundância, em harmonia, em segurança, ainda que sob influência absolutista e mercantilista de nações europeias no período conhecido como união das coroas ibéricas. Os sacrifícios físicos e emocionais daqueles heróis multirraciais marcaram o nascimento da nossa nacionalidade.

Naqueles rincões, por primeira vez, o povo de nossa terra conheceu o significado de Pátria — gente, com valores, cultura, língua, vivendo na mesma região, com mesmos ideais e desejos de alcançar prosperidade com paz e bem-estar sociais.

Desde então, o sentimento de brasilidade se fortaleceu, ajudando-nos a enfrentar

múltiplos desafios, como a expansão e a integração territorial para além do limite do tratado de Tordesilhas e a luta pela independência tão cara aos inconfindentes mineiros.

Sobrevoando a história do país, identifica-se que o povo brasileiro sempre contou com o seu Exército para desmontagem das armadilhas conjunturais que se apresentaram desde Guararapes até nossos dias, razão pela qual reconhece os esforços passados e presentes dos integrantes do seu Exército, reconhecimento esse certificado pelas inúmeras pesquisas de opinião.

Sabe quão colimados às condicionantes legais, em particular às promulgadas pela Constituição Federal vigente, os seus soldados marcham alinhados em sua proteção. Entende-se que as vocações naturais da Força compreendem, prioritariamente, as missões de defesa da pátria em qualquer coordenada de nosso país e até mesmo em outros sítios do mundo.

Além disso, essas capacidades mostram-se claras nas bordas de nosso território, quando o Exército enfrenta os desafios dos ilícitos transfronteiriços.

Ou, ainda, quando protege e preserva o meio ambiente nos diversos biomas que cobrem nossas terras, um fator de instabilidade das relações internacionais modernas.

No espaço que cabe à antropologia, essas inclinações se mostram transparentes no respeito e na ajuda incondicional que os soldados oferecem aos povos originários. Por fim, revelam-se na cooperação e no apoio a ações subsidiárias, bem como no desenvolvimento sustentado de nossa nação.

O Exército não se põe a serviço de pessoa alguma, partido algum, seita alguma. É uma genuína instituição de Estado, e assim se comporta. Todavia, sejamos realistas. É certo que o mundo se altera freneticamente. As novas tecnologias comunicacionais estimulam esses câmbios. As tradições se adaptam às imposições de momento. As premissas de convívio social se ajustam aos modismos. E, portanto, as seculares instituições foram levadas a adaptar-se ao torvelinho de mudanças.

Contudo, os valores imutáveis do Exército, erigidos por anos de labuta, continuam inquebrantáveis. Por isso o Exército não se preocupa apenas com o imediatismo de agora. Sonha com um futuro que assegure ao povo brasileiro a certeza de que os sobressaltos institucionais tenham ficado no passado, que o poder militar que leva à dissuasão contra investidas a nossa soberania permaneça claro aos antagonistas e que o amadurecimento econômico, tecnológico e psicossocial seja condicionante natural em nossa sociedade.

A propósito, no dia 19 de abril também homenageamos os povos indígenas. É válido recordar os feitos do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, desbravador do oeste brasileiro e protetor reconhecido internacionalmente de nossos irmãos nativos. Disse o militar quando atacado por índios selvagens durante uma expedição nas brenhas da floresta amazônica: “Morrer se preciso for. Matar nunca!”. Sua icônica frase ressoa até hoje nas ações de soldados brasileiro em defesa dos povos originários.

Esse é o nosso Exército.